

(MC, para Expresso de 11 07 20)

TAP, os avisos, a ilusão, a responsabilidade

1. Há uns anos tive o gosto de escrever pequenas crónicas para o *Expresso*. Uma delas atravessou os tempos, o tema foi a TAP quando esta comprou a Portugália ao GES, um negócio que me surpreendeu e no qual vi flagrantes incongruências, era Sócrates primeiro-ministro e era Salgado presidente do BES. Tomo a liberdade de reproduzir o texto de 2006, pedindo atenção do leitor para as oito “questões a) a h)”- são outros tantos avisos; e para a sugestão “vender ou encerrar”. Encerrar não implica falir, ainda que o balanço da TAP se apresente em 2019 manifestamente falido, numa séria provocação aos credores e à lei; nem implica eliminar a curva da oferta, porque a concorrência cedo ocuparia o vazio, repondo os voos rentáveis, praticando bons preços e retomando parte do emprego e dos fluxos intersectoriais mais competitivos.

2. Em suma, Portugal não tem dimensão económica, nem nível de desenvolvimento, ou de produto per capita, nem razões de fundo que, no século XXI e sob regras da UE, consintam e justifiquem pagar uma companhia aérea como a TAP. Muito menos à custa das finanças públicas. Factos são factos. O resto é ilusão. Quando é provável que as ajudas da UE não possam apoiar a TAP, e quando, infelizmente, de novo, nos espreita a ruína da República, só nos faltava que viesse o Governo, como veio, quase re-nacionalizar a TAP e suportar as subsequentes reestruturações. E viesse juntar tudo isso às causas que já temos de despesas, impostos, défices e dívida, em plena crise da pandemia, estando a dívida pública, como está, a bater recordes absolutos e relativos. Um exemplo de grande política, não admiraria se o sr. Neeleman estivesse agradecido.

3. O Governo acaba de reabrir o sorvedouro da TAP. Iniciou o descalabro com 1200 milhões de euros, a que se somam, suponho, outros gastos públicos como os do layoff desde Abril, etc. Se continuarmos nesta rota, é plausível pensar que iremos cair num inédito mega volume de perdas do Estado na TAP, em sucessivos anos. Uma péssima afectação de recursos públicos. Com todo o respeito, não me convencem, muito longe disso, os argumentos económicos e estratégicos do ministro da tutela, incluindo os do “hub”, nem os argumentos financeiros e puramente convencionais do ministro das Finanças, nem a fundamentação de excepcional interesse público que alega o Governo. Penso que é grave a responsabilidade política pelo despesismo do Estado na TAP, em 2020 e anos seguintes. Essa grave responsabilidade pesa, antes de mais, nos ombros do primeiro-ministro António Costa, pelas escolhas políticas do caso TAP em 2016 e 2020. Em responsabilidades de outra natureza, esperemos que as instituições independentes funcionem; que, por exemplo, o Tribunal de Contas, a PGR, o Conselho de Finanças Públicas, se façam ouvir; e que a Comissão Europeia faça o que tem a fazer. E esperemos que alguém, também independente, com meios bastantes, promova em 2020 uma competente e clarificadora “análise custos-benefícios”, como a que sugiro no ponto g) de 2006, e que a divulgue ao País sem opacidades nem favores.

Artigo publicado no Expresso em 4 11 2006

Estado empresário

<< Há anos, um bom ministro convidou-me para liderar certa empresa pública (TAP). Li relatórios, revi muitos anos de prejuízos e poucos anos de lucros, pesei a delapidação de capitais públicos, antevi tudo nos mesmos andamentos, ponderei valores estratégicos. Agradei o convite, recusei, disse porquê e sugeri: vendam, como prometeram, ou encerrem. Hoje (2006), espanta ver a empresa (TAP) a tentar comprar concorrentes (Portugália), ela que continua no Estado e a perder dinheiro. Para comprar, usará capitais públicos ou dívida pública. Contra a corrente das privatizações, estatizará.

Resta, então, um punhado de questões, quase todas factuais.

- a) Integra-se a empresa (TAP) nas funções indeclináveis do Estado? Não.
 - b) Subsistem as razões históricas da sua criação? Não, desde há muito.
 - c) Trata-se de bem que, de outro modo, não seria fornecido? Não.
 - d) Produz o Estado melhor do que os privados? Não.
 - e) Tem o Estado trazido mais concorrência ao sector? Não, pelo contrário.
 - f) Quanto mais vai o Estado lá meter? Muito.
 - g) Passa esta despesa pública nas 'análises custos-benefícios'? Não.
 - h) Têm as finanças públicas arcaboço para a manter? Não, está visto que não.
- Eis, pois, a incongruência em toda a sua evidência. >>
-